



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1500272-46.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Execução Fiscal - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias**
 Exequente: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**
 Executado: **Edg Equipamentos e Controles Lt**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Eduardo Montes Netto**

Vistos.

EDG EQUIPAMENTOS E CONTROLES LTDA opôs exceção de pré- executividade em face da **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, em sua petição (fls. 52/75), aduz que se trata de execução fiscal ajuizada pela Fazenda Estadual onde lhe cobra débitos relativos ao ICMS totalizando o valor de R\$1.894.833,78. Ocorre que a exequente vem requerendo o protesto de diversas CDAs, inclusive algumas que são objeto da presente execução. Diante disso, alega que o protesto sobre as CDAs já executadas é uma medida de excesso de cobrança que atinge a atividade econômica da executada. Aduz, ainda, que apresentou bens para garantir a execução, entretanto a Fazenda Estadual os recusou. Alegou a necessidade do recálculo dos débitos tributários, aplicando-se taxas de juros não superiores à Selic. Por fim, requereu o conhecimento e provimento da exceção de pré-executividade.

À fl. 103, os bens indicados pela executada não foram aceitos.

A exequente apresentou impugnação à exceção (fls. 109/134). Alegou que o pedido de aceitação da indicação de bens feito pela excipiente está precluso, vez que já fora decidido à fl. 103. Que os protestos das CDAs não são ilegais ou inconstitucionais. Aduz que não há ilegalidade na cobrança da multa e que os juros não são exagerados e que não há inconstitucionalidade. Diante do que expôs, requereu o desacolhimento da exceção de pré-executividade e a imediata realização de penhora online em ativos financeiros da executada.

Às fls. 135/137 a exequente requereu a penhora do imóvel de matrícula nº 125.677, do CRI de São Carlos, pertencente à executada.

É o relatório.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

FUNDAMENTO E DECIDO.

Os protestos realizados são lícitos, pois o parágrafo único do art. 1º da Lei 9.492/97 permite o protesto da CDA.

Não há inconstitucionalidade, uma vez que em se tratando de dívida inadimplida, coesivo no sistema jurídico que a impontualidade seja pontuada pelo protesto, seja qual for a origem do título executivo.

É coerente permitir ao Estado a utilização de meio lícito, desburocratizado, eficiente e célere diante do supremo interesse público.

Neste sentido a decisão do Colendo Órgão Especial deste Tribunal de Justiça rejeitou a inconstitucionalidade do art. 25 da Lei nº 12.767/2012, que incluiu o parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 9.492/1997 e autoriza o protesto de CDA pelo Fisco:

Arguição de inconstitucionalidade. Lei 12.767/2012, que acrescentou dispositivo à Lei nº 9.492/97 de modo a admitir extração de protesto de certidões de dívida ativa. Alegação de falta de pertinência temática entre a emenda legislativa que acrescentou aquela disposição e o teor da Medida Provisória submetida a exame. Irrelevância. Pertinência temática que a Constituição da República só reclama nos casos nela indicados em “*numerus clausus*”, rol que não compreende o tema em questão. Sanção presidencial que, ademais, validou o acréscimo feito pelo Legislativo, perdendo sentido, destarte, discussão sobre a regularidade formal daquela modificação. Inconstitucionalidade não reconhecida. Arguição desacolhida (TJSP Órgão Especial - Arguição nº 0007169-19.2015.8.26.0000, rel. designado Arantes Theodoro, j. 29/04/2015).

Quanto à aplicação dos juros moratórios calculados com base na Lei Estadual nº 13.918/09, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já se pronunciou que os juros de mora não podem ser superiores aos que são aplicados aos créditos tributários da União, que são atualizados pela taxa SELIC englobando juros e correção monetária.

“Ação de nulidade de débito tributário. Oferecimento de garantia para suspensão da exigibilidade. Cartas de fiança bancária. Determinação de integralização do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

valor com aplicação do artigo 96 da Lei n. 6374/89 na redação da Lei n. 13918/09. Declaração de inconstitucionalidade de exigência de juros de mora que levem a exceder a taxa exigida para tributos federais, por este Tribunal de Justiça, pelo Órgão Especial, em Arguição de Inconstitucionalidade. Determinação de adequação e referência a taxa SELIC. Agravo de instrumento provido. Embargos de declaração rejeitados". (Emb Decl. nº 0109121-12.2013.8.26.0000/50001; Rel. Antonio Celso Aguilar Cortez).

A jurisprudência:

"APELAÇÃO CÍVEL. TRIBUTÁRIO. PROTESTO DE CDA. Protesto de CDA. Possibilidade. Inteligência do art. 1º, parágrafo único, da Lei Federal nº 9.492/97, incluído pela Lei nº 12.767/12. Precedentes, inclusive do STJ. Decisão do Órgão Especial deste Tribunal (Arguição de Inconstitucionalidade nº 0007169-19.2015.8.26.0000). Constitucionalidade do uso de protesto para cobrança de dívida ativa. JUROS DE MORA. Inconstitucionalidade da Lei Estadual nº 13.918/2009 reconhecida pelo C. Órgão Especial do E. Tribunal de Justiça. Entendimento jurisprudencial consolidado afastando os critérios da Lei Estadual nº 13.918/09, elegendo em substituição a taxa SELIC. Excesso de juros que não implica invalidação total do título nem pode ensejar suspensão da exigibilidade da dívida inteira, tampouco os efeitos da exigibilidade decorrentes, salvo se houver depósito nos autos do valor incontroverso. Inteligência do art. 151, II do CTN. Sentença de total procedência parcialmente reformada. Recurso parcialmente provido, com observação." (TJSP - Relator(a): Heloísa Martins Mimessi; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: 5ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 29/09/2016; Data de registro: 29/09/2016).

AÇÃO CAUTELAR DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO. Pretensão de exclusão de protesto de CDA. Descabimento. Protesto que não tem por único objetivo caracterizar a impontualidade do devedor, sendo autorizado expressamente pela Lei nº 9.492/1997, segundo a redação conferida pela Lei nº 12.767/2012. Forma legítima de pressionar o devedor inadimplente a


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

cumprir sua obrigação. Providência que não inviabiliza a atividade da empresa. Entendimento adotado pelo E. STJ no julgamento do REsp nº 1.126.515/PR. **AÇÃO CAUTELAR DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO.** Alegação de inconstitucionalidade. Arguição de inconstitucionalidade julgada pelo Órgão Especial, entendendo como constitucional o protesto da CDA (art. 25 da lei nº 12.767/12, que inseriu parágrafo no art. 1º da lei nº 9.492/97). **AÇÃO ANULATÓRIA DE CDA. JUROS DE MORA. Taxa de juros que deve ser limitada à taxa SELIC. Reconhecimento da inconstitucionalidade parcial da Lei Estadual nº 13.918/09 pelo Órgão Especial. Decisão que vincula os demais julgamentos. Impossibilidade de aplicação dos juros do art. 161, § 1º, do CTN, pois referido dispositivo legal impõe o cômputo dos juros de mora à taxa de 1% ao mês, "se a lei não dispuser de modo diverso". Caso em que o padrão da taxa SELIC foi adotado para a recomposição dos créditos tributários da União.** Inocorrência de invasão da competência legislativa dos Estados. Sucumbência recíproca. Reexame necessário e recurso da Fazenda improvidos e recurso do autor parcialmente provido. (TJSP - Relator(a): Claudio Augusto Pedrassi; Comarca: Jundiaí; Órgão julgador: 2ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 27/09/2016; Data de registro: 28/09/2016) (g.n.).

Portanto, os juros devem ser recalculados, devendo ser aplicado os juros moratórios da Lei 13.918/09, até o limite previsto na taxa SELIC.

Ante o exposto, **ACOLHO PARCIALMENTE** a exceção de pré-executividade apenas para limitar os juros moratórios até o limite previsto na taxa SELIC.

A disciplina dos honorários sucumbenciais na exceção de pré-executividade corresponde à seguinte: a) não são cabíveis no caso de rejeição ou de acolhimento integral ou parcial que não resulte na extinção pelo menos parcial da execução (STJ, AgRg no REsp 999.417/SP, J. 01/04/2008); b) são cabíveis no caso de acolhimento integral ou parcial desde que resulte na extinção pelo menos parcial na execução (REsp 1.412.997/SP, j. 08/09/2015).

No caso concreto, não é cabível a fixação de honorários advocatícios.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

P.I.

São Carlos, 14 de outubro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**